

## 4. AVALIAÇÃO E RECURSOS EDUCATIVOS

*Glória Ramalho  
Carmo Gregório  
Victor Gil*

### 4.1. Avaliação do desempenho dos alunos

Com as ressalvas ou complementos que mais adiante se indicam, a avaliação do desempenho dos alunos durante a escolaridade obrigatória nos países em estudo é sobretudo uma avaliação contínua ao serviço do propósito de aprender, com uma especial atenção a um alinhamento dinâmico entre currículo, pedagogia e avaliação.

#### **Austrália**

No caso da Austrália, onde o aproveitamento do aluno é medido, de forma equilibrada, entre avaliação contínua e terminal, são estabelecidos *benchmarks*, como mínimos acordados nacionalmente, mas os testes são realizados por cada estado/território. Actualmente, a avaliação a nível nacional realiza-se anualmente apenas nos 3.º, 5.º, 7.º e 9.º anos de escolaridade através de testes de literacia e de numeracia. Existe, assim, um sistema comparável de aferição de acordo com os *benchmarks* definidos nacionalmente. Os estados e as escolas têm os seus próprios testes.

O assunto ainda gera algumas preocupações, havendo várias experiências e o reconhecimento da complexidade do problema. Em particular, há que atender às variadas aptidões e capacidades enfatizadas nos novos currículos. Identificam-se três classes de dificuldade: consenso sobre objectivos específicos da educação escolar, indicadores precisos para estes objectivos; diferenças no ambiente em que a escola se insere.

Até ao 11.º ano, a avaliação é levada a cabo nas escolas através da utilização de uma variedade de métodos, incluindo projectos, trabalhos, investigação em grupo, apresentações orais, testes em sala de aula e participação nas aulas.

Uma prioridade definida pelo governo australiano é melhorar o acesso à educação pré-escolar, providenciar um sistema consistente a nível nacional com uma idade de início comum, programas de testagem comuns e um sistema comum de informação que permita a transferência dos dados dos alunos quando mudam de estado. Exames externos podem ser realizados em cada um dos estados.

## Canadá

No Canadá, com as suas províncias e territórios, existem testes de Matemática, Língua Materna e ciência previstos para os 13 e 16 anos de idade (sem reflexos na progressão dos alunos) sobretudo da responsabilidade dos Ministérios da Educação respectivos temperada por uma coordenação nacional: *Pan-Canadian Assessment Programme* (PCAP) que, em 2004, substituiu o *School Achievement Indicators Programme* (SAIP).

Estes testes destinam-se a informar os canadianos sobre a medida em que os seus sistemas educativos estão a ir ao encontro das necessidades dos alunos e da sociedade. Esta informação oferece às províncias e aos territórios uma base para a análise do currículo e a melhoria dos instrumentos de avaliação, bem como para a comparação entre os níveis de desempenho dos alunos em todo o país.

Os testes não substituem as avaliações feitas pelas autoridades das províncias e dos territórios, antes as complementam.

## Espanha

No caso de Espanha, o currículo mínimo inclui orientações sobre avaliação dos alunos, postulando-se que a avaliação deve ser contínua, global e formativa, realizada pelo conjunto de professores da turma, coordenados pelo professor tutor.

De acordo com a nova Lei Orgânica da Educação, a avaliação dos alunos na educação primária (6 aos 12 anos de idade) é contínua, havendo uma avaliação diagnóstica no final do 4.º ano. Se os alunos, em qualquer dos anos, não alcançam as competências básicas, podem permanecer apenas uma vez mais naquele ano de escolaridade.

Na educação secundária obrigatória (12 aos 15 anos) existe avaliação contínua e diferenciada por disciplina. Apenas se pode repetir duas vezes nesta etapa não podendo ser no mesmo ano de escolaridade, com excepção do último ano. No final do 2.º ano deste nível de ensino existe uma avaliação diagnóstica. Os resultados da avaliação diagnóstica têm um carácter formativo e orientador para as escolas e informativo para as famílias.

Os critérios de avaliação são estabelecidos no currículo definido centralmente e são o referencial fundamental na apreciação do grau de aquisição das aprendizagens. Os professores são responsáveis pela adopção, em última instância, das técnicas e dos instrumentos de avaliação que consideram mais apropriados, bem assim como pela formulação dos juízos sobre a aprendizagem dos alunos.

A obtenção do certificado de *Graduado en Educación Secundaria Obligatoria* exige aprovação em todas as disciplinas. Não existem exames a nível nacional.

## Finlândia

Na Finlândia, a avaliação contínua e a auto-avaliação desempenham um papel importante, logo no ano pré-escolar, registando-se a ênfase colocada mais no progresso realizado do que na concretização dos objectivos. Além da avaliação contínua – resultados da aprendizagem, trabalho na sala de aula e em casa, testes – há um relatório de aproveitamento todos os anos, para cada aluno, e que é descritivo nos anos 1-4. No ano nove, fim da educação compreensiva, há uma avaliação susceptível de comparação a nível nacional.

Mas, além da sua dimensão formativa, há outros propósitos aliados aos processos de avaliação:

- revelar a qualidade de aprendizagem (conhecimento, compreensão e outras competências) que se espera atingir,
- proporcionar uma interacção de professores, alunos e pais sobre o progresso de cada aluno em cada fase,
- ajudar a identificar aqueles alunos em risco de não serem bem sucedidos em futuras aprendizagens.

No currículo central (*core curriculum*) da educação básica na Finlândia, a avaliação de alunos está dividida em avaliação ao longo do percurso escolar e avaliação final. Os alunos recebem relatórios no final de cada ano escolar, embora possam também receber relatórios intermédios. Esta avaliação deve ser baseada em evidência múltipla e não só em testes. No currículo essencial é fornecida a descrição daquilo a que corresponde um bom desempenho no 8.º ano, em todas as disciplinas, como forma de apoio à actividade avaliativa do docente.

A autoavaliação dos alunos é apoiada e é considerada como uma capacidade para ser adquirida na educação básica.

Não existem exames nacionais, listas ordenadas de escolas nem sistemas de inspecção. No entanto, o *National Board of Education* fornece em intervalos regulares, testes nacionais de Matemática, para os alunos do 6.º e do 9.º anos de escolaridade. Não é obrigatório que as escolas participem, mas servem como *benchmarks* na avaliação dos estudantes individualmente e também como colecções de itens exemplificativos de tarefas direccionadas para um bom ensino da Matemática.

A avaliação final da educação básica, a partir da qual os alunos serão seleccionados para prosseguirem estudos, está baseada nos objectivos definidos para este nível e, na prática, é da responsabilidade da escola. O propósito é reforçar a auto-estima do aluno, a sua imagem de aprendiz e o seu envolvimento. Para isso os alunos aprendem a avaliar os seus processos de aprendizagem e o seu progresso.

Um aluno cujo desempenho tenha sido aceite (classificação 5 ou superior, em 10) em todas as disciplinas avaliadas acede ao nível seguinte. A atribuição do certificado final é decidida pelo director da escola em cooperação com os professores do aluno. Mesmo quando o estudante não obtém a classificação mínima nalgumas disciplinas, passa para o nível superior se for considerado que tem capacidade para ter um desempenho aceitável no ano seguinte.

No final da educação secundária, existe um exame nacional em várias disciplinas, uma das quais pode ser ou não Matemática.

## Inglaterra

Como já foi referido, na Inglaterra, o ensino obrigatório consta de três ciclos (*key stages 1, 2 e 3*), cada um dos quais está dividido em níveis (do mais fraco ao mais elevado) e para cada assunto ou tema do currículo nacional há um programa de estudo. Os programas descrevem os objectivos, conhecimentos e competências e o grau de compreensão que é esperado por parte dos alunos em cada ciclo (*key stage*).

A avaliação de alunos no ensino obrigatório sofreu recentemente algumas transformações. Anteriormente, no final de cada ciclo (*key stages 1, 2 e 3*), os alunos tinham de realizar um teste nacional cujos resultados eram centralmente recolhidos e as classificações eram publicadas. Os professores, no final de cada ciclo, faziam uma avaliação formal dos alunos, descrevendo a performance individual de acordo com o que é preconizado no currículo nacional. A avaliação nacional e a do professor, com igual estatuto, eram publicadas lado a lado.

Em Maio de 2008 foi lançado um programa, *Assessment for Learning*, em que um dos objectivos centrais é ligar a avaliação feita em sala de aula pelos professores aos níveis estabelecidos no currículo nacional, de forma a melhor acompanhar o progresso individual dos alunos. Direccionada para professores e para os directores das escolas, e prevista

para o período de 2008 a 2011, esta iniciativa estabelece objectivos para cada ano, descrevendo as estratégias a utilizar e os meios de apoio existentes. Um subprograma, *Assessing Pupils' Progress*, que as escolas podem adoptar, embora não seja obrigatório que o façam, dá orientação aos docentes sobre como fazer apreciações acerca do trabalho dos alunos e como orientar o seu trabalho futuro. Este programa está mais directamente dirigido para os 2.º e 3.º ciclos.

Actualmente, não há provas de avaliação nacionais no 1.º ciclo, mas o 2.º ciclo tem testes nacionais (SAT's) no primeiro e no último ano (aos 7 e aos 11 anos de idade) para aferir o nível em as crianças se encontram e para realizar reajustes, com vista à melhoria das aprendizagens dos alunos.

No final dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos, a escola envia um relatório à família de cada aluno onde refere o nível no qual o aluno deve trabalhar. No 1.º ciclo este nível é baseado na avaliação do professor e no desempenho da criança em várias tarefas e testes realizados na sala de aula. No 2.º ciclo o nível é baseado na avaliação do professor e no resultado do teste nacional (SAT). No 3.º ciclo o nível encontrado para o aluno tem apenas a ver com a avaliação do professor, já que o SAT deixou de ser obrigatório. A escola pode ainda administrar esse teste nas disciplinas de Inglês, Matemática e Ciências e decidir se essa informação contribui ou não para a avaliação do aluno.

Por outro lado, no 10.º ano de escolaridade – final do 3.º ciclo, os alunos podem escolher entre várias matérias de estudo opcionais, de acordo com os seus interesses e perspectivas futuras. Podem ainda enveredar por estudos académicos e de preparação para o mundo profissional (GCSE) ou por outra qualificação nacional.

## **Irlanda**

Na Irlanda, para além da avaliação contínua ao longo de todo o percurso escolar, pode haver exames nacionais, cuja elaboração e classificação é da responsabilidade do *Department of Education and Science* (DES).

A avaliação dos alunos assume várias formas: para testar e certificar o desempenho (*Junior Certificate e Leaving Certificate*), para determinar currículos específicos para alunos ou para identificar áreas de dificuldade ou de bom desempenho de um dado estudante.

O *Junior Certificate* é um exame nacional que os alunos realizam geralmente no final de três anos de ensino pós-primário, com a idade de 13 a 15 anos. As disciplinas podem ser estudadas num nível comum (*Ordinary Level*) ou num nível superior (*Higher Level*), excepto em duas matérias – irlandês e Matemática – que podem ser estudadas num nível introdutório (*Foundational Level*).

O *Leaving Certificate* é um exame nacional que os alunos realizam no final dos dois anos que se seguem ao *Junior Certificate*. As disciplinas podem ser abordadas num nível comum (*Ordinary Level*) ou num nível superior (*Higher Level*), excepto em três matérias – irlandês, inglês e Matemática – que podem ser estudadas num nível introdutório (*Foundational Level*).

No currículo para a escolaridade primária, até ao 6.º ano (*Primary School Curriculum*), o papel da avaliação contínua é fundamentalmente de diagnóstico e de apoio à planificação, devendo informar sobre os conhecimentos anteriores da criança, as suas concepções erradas e as suas estratégias. Recomenda-se no documento que o professor não procure que os alunos se empenhem prematuramente na mestria mecânica de factos e procedimentos computacionais. Aos alunos mais competentes no domínio é recomendado que se providencie trabalho mais avançado

No *curriculum* desenhado para o ensino primário apontam-se duas abordagens principais para a avaliação em sala de aula: a avaliação do que se aprendeu (*Assessment of Learning – AOL*) e a avaliação para aprender (avaliação formativa) (*Assessment for Learning – AFL*), ao qual se dá um ênfase especial. Na primeira abordagem, o professor recolhe periodicamente dados de desempenho do aluno, usualmente no final de um determinado período, unidade de ensino, semana ou ano, com a finalidade de deles dar

conhecimento aos pais, aos outros professores e a outras pessoas relevantes. Na segunda abordagem, o professor utiliza evidência numa base de continuidade para informar o ensino e a aprendizagem. O conceito de avaliação para aprender enfatiza o papel activo da criança na sua aprendizagem, na medida em que se supõe que professor e aluno concordem nos resultados a obter e nos critérios para apreciar a medida em que foram obtidos. A ideia é dar aos estudantes o controlo da sua própria aprendizagem, encorajando-os a reflectirem sobre ela em vez de esperar que toda a acção avaliativa fique a cargo do docente.

A iniciativa do programa *Assessment for Learning* surgiu da consulta realizada sobre o 3.º ciclo do ensino básico (*Junior Cycle*) durante a qual ficou claro que a avaliação dos alunos no quotidiano tinha sido uma área negligenciada no desenvolvimento profissional dos professores, enquanto que a preparação dos alunos para os exames se podia já considerar como um aspecto forte do sistema de educação. O desafio foi então o de fornecer apoio aos professores de modo que a avaliação dos alunos contribuísse da melhor forma para as aprendizagens.

O contraste entre AOL e AFL é sintetizado no quadro que segue.

| AOL   | AFL   |
|---|---|
| Acontece após aprendizagem                    | Parte integrante do processo de aprendizagem      |
| Informação recolhida pelo docente             | Informação é partilhada com aluno                 |
| Informação usualmente dada como classificação | Informação quanto à qualidade da aprendizagem     |
| Comparação com desempenho de outros alunos    | Importante a comparação com objectivos a alcançar |
| Reflecte aprendizagem passada                 | Define a próxima etapa de aprendizagem            |

Na Irlanda são muito raros os casos de repetição de ano, mas nem todos os alunos são aprovados nos exames de *Junior Certificate*. Assim, particular atenção tem sido dada recentemente às necessidades dos jovens de 15/16 anos que não conseguem obter este diploma através do programa *Youthreach*, da iniciativa conjunta do DES e do *Department of Enterprise, Trade and Employment*, com apoio substancial do Fundo Social Europeu.

Cerca de 3000 alunos têm estado inscritos neste programa nacional, sendo o grupo potencial cerca de 7% do conjunto de jovens entre 15 e 18 anos de idade. Foram criados 130 centros *Youthreach*, com currículos flexíveis construídos à volta das necessidades de desenvolvimento dos alunos. Depois de uma fase inicial, com a duração habitual de um ano, direccionada para as dificuldades de aprendizagem, a promoção da auto-confiança e o desenvolvimento de aptidões para futuras aprendizagens, segue-se uma educação mais específica, acompanhada de estágios e experiência laboral. Cerca de 67% dos alunos que têm completado os cursos, prosseguem os estudos ou arranjam estágios ou colocações profissionais.

Quanto ao prosseguimento de estudos secundários, o governo da Irlanda lançou uma iniciativa no sentido de aumentar a percentagem dos alunos que prosseguem estudos para além da escolaridade obrigatória. Esta iniciativa é acompanhada da introdução de vários tipos de *Leaving Certificate* e passa pelo apoio financeiro adicional às escolas com maior dificuldade em reter os alunos no sistema (especialmente com elevados índices de abandono durante o ensino obrigatório). As escolas submetem a este financiamento programas para:

- identificação e acompanhamento de casos de ausência à escola
- leccionação adicional de alunos em risco de abandono
- iniciativas extra-escolares (incluindo clubes de trabalho de casa)
- intensificação das relações escola/casa/comunidade

A partir de 2002, o *National Educational Welfare Board* veio a apoiar aquelas iniciativas, de forma muito significativa.

## Japão

No Japão, não há tradição de qualquer mecanismo de avaliação externa à escola. A partir de 2001, no entanto, o MEXT lançou o propósito de introduzir testes nacionais na escola elementar (grau 5 e grau 6: Língua Materna, estudos sociais, Matemática e ciência) e no fim do ciclo obrigatório do ensino secundário (os mesmos mais língua estrangeira). O *National*

*Achievement Test (NAT)*, surgiu em resposta ao declínio das competências académicas que consideraram existir a partir de 2002, quando o conteúdo dos manuais foi reduzido em 30% e a semana escolar passou de 6 para 5 dias, ao mesmo tempo que no estudo PISA os resultados pioravam. Estas alterações estruturais no ensino ficaram a dever-se ao facto do poder central pretender humanizar o ensino e fortalecer as relações familiares (parte afectiva e emocional), considerando que as crianças e os jovens passavam demasiado tempo na escola, com grau de exigência elevado, e a maioria destes ainda tinham aulas externas, sendo a competição entre alunos algo muito patente na sociedade japonesa, o que nem sempre tinha sido salutar (elevadas taxas de depressão nos alunos, alguns suicídios, isolamento e falta de trabalho cooperativo entre os mesmos, mesmo com idades muito baixas).

O teste NAT foi desenhado para verificar o desempenho dos alunos no 6.º e no 9.º anos de escolaridade na língua japonesa e em Matemática e destinava-se sobretudo à melhoria da política educativa e das aprendizagens (incentivando a aplicação do conhecimento na prática) e a estudos comparativos visando a diminuição das diferenças entre as escolas. Tinha duas versões: a versão A destinava-se a medir conhecimento e competências escolares; a versão B avaliava a sua aplicação em contexto, num enquadramento semelhante ao do estudo PISA.

Enquanto procedimento regular, as escolas, através dos seus docentes, avaliam os estudantes no final do secundário obrigatório (*lower secondary*, 12 a 15 anos), certificando a conclusão deste nível de ensino. No ensino obrigatório é muito rara a repetição de ano. São realizadas muitas avaliações e o processo de ensino é constantemente reajustado às necessidades dos alunos.

O acesso ao ensino secundário pós-obrigatório está dependente de um exame de entrada, organizado localmente (autarquias, escolas e *boards of education*); algumas escolas do secundário obrigatório realizam também esta selecção através de provas.

## 4.2. Manuais e outros recursos educativos

Apesar da emergência de recursos educativos associados às tecnologias da informação e da comunicação, os manuais escolares continuam a desempenhar um papel preponderante enquanto mediadores entre os programas prescritos e os alunos. No presente capítulo pretende-se dar conta da forma como os diferentes países abordam as questões relativas à produção, selecção, aprovação, escolha, período de vigência e aquisição de manuais escolares.

Nos países em análise, a produção de manuais escolares é, maioritariamente, uma iniciativa do mercado editorial. Na Finlândia e no Japão os organismos dos Ministérios da Educação têm também alguma iniciativa editorial, enquanto no Canadá a iniciativa do Ministério parece ser preponderante relativamente à do mercado.

A selecção e aprovação prévia dos manuais por parte das autoridades educativas do Estado são práticas correntes no Canadá, no Japão e em Espanha. Nestes países, os professores e as escolas só podem adoptar os manuais constantes das listas de livros autorizados. Nos demais países, a escolha pode fazer-se entre as ofertas do mercado, desde que essas publicações respeitem genericamente as leis em vigor.

Os países que aprovam os manuais passíveis de adopção estabelecem critérios para a sua avaliação, segundo os quais o conteúdo e o *design* do manual devem promover o seu uso junto dos destinatários e estar de acordo com:

- os conteúdos e as orientações curriculares;
- o nível de ensino a que se destinam;
- os valores e as perspectivas da comunidade;
- as concepções aceites relativamente ao ensino e à aprendizagem.

A escolha dos manuais é sempre da responsabilidade dos professores e das escolas, com excepção do Japão em que a escolha é feita pelo Conselho Escolar Municipal.

Embora não se conheçam os períodos estabelecidos em todos os países para a vigência dos manuais após a sua adopção, em Espanha esse período é de quatro anos, em Inglaterra varia entre os três e os cinco anos e na Finlândia ronda os cinco anos.

No que se refere ao fornecimento dos manuais há duas situações distintas. A primeira é a dos países em que os livros são adquiridos pelos alunos – Austrália, Espanha e Irlanda –, embora alguns tenham sistemas de apoio aos carenciados e/ou de empréstimo de livros – Espanha e Irlanda. Na segunda situação, encontram-se os países em que os manuais são adquiridos pelo governo nacional, pelo estado ou pela escola – Canadá, Inglaterra e Japão – e distribuídos gratuitamente aos alunos.

Os materiais associados à adopção de determinados projectos da iniciativa do Ministério ou das autoridades locais são disponibilizados por essas entidades.

Dada a sua importância crescente, merecem também uma referência especial os recursos digitais de apoio ao ensino e à aprendizagem, disponibilizados através dos *sites* dos Ministérios, de institutos e centros de educação ou de redes de educadores, os quais exigem o domínio das TIC por parte dos seus utilizadores. A OCDE está a levar a cabo um estudo que pretende identificar e avaliar o processo de inovação em curso para promover o desenvolvimento, a disseminação e a utilização de recursos digitais de aprendizagem nas escolas.

Nas linhas que se seguem apresentam-se as opções de cada um dos países relativamente a um conjunto de questões que envolvem os manuais e outros recursos educativos: aprovação e respectivos critérios, produção, selecção e fornecimento. Dada a especial atenção que esta matéria tem merecido aí, dá-se um pouco mais de relevo à situação no Canadá.

**Austrália** Os editores publicam o que lhes parece corresponder às necessidades do mercado. Não há qualquer comissão de revisão, controlo governamental ou sistema de adopção de manuais escolares. O mercado dos manuais é livre e as escolas têm liberdade de escolha.

A decisão sobre os manuais a usar no ensino primário é tomada, normalmente, pelo director, depois de consultar os docentes.

A maior parte do material usado pelos alunos é comprado pelos pais a preços comerciais.

Como seria de esperar, é dada uma importância crescente aos recursos digitais (ver, por exemplo, *EdNA Online*: recursos educativos, serviços e *Internet* na Austrália).

**Canadá (Alberta)** Ao lançar um novo programa, o que acontece, normalmente, de dez em dez anos, o Ministério produz os recursos necessários à sua concretização, manuais para alunos e para professores. Quando isso não é possível, as publicações que mais se adequam à filosofia e ao desenvolvimento do programa são adquiridas no mercado.

O Ministério da Educação dá uma particular importância à revisão, selecção e desenvolvimento de recursos de aprendizagem e ensino para alunos e professores, autorizando três tipos de recursos:

- recursos de aprendizagem de base;
- recursos de apoio às aprendizagens;
- recursos pedagógicos.

Os recursos mantêm-se elegíveis até serem considerados inadequados às mudanças do programa ou cinco anos depois

do contrato com os editores ter expirado. Isto permite continuar a usar materiais que já não estão em edição, mas que continuam a ser relevantes, caso a jurisdição da escola tenha adquirido um elevado número de recursos.

O papel do Ministério consiste na revisão e selecção de um leque de recursos adequados e, caso exista alguma lacuna, em guiar os editores e produtores de *media* na criação de novos recursos educacionais que respondam às necessidades do currículo. Uma vez identificados os novos recursos, o Ministério comunica às escolas, através de vários meios, incluindo a base de dados de recursos autorizados.

As autoridades ministeriais empenham-se na obtenção de recursos de qualidade usando para isso uma lista de critérios relativos ao conteúdo e ao *design* geral a que os recursos devem obedecer:

A. Conteúdo

- É congruente com o programa de estudos.
- É actual e correcto.
- As referências e os exemplos são apropriados ao nível local, regional e nacional e integram as perspectivas autóctones delineadas no “First Nations, Métis and Inuit Education Policy Framework”(2002).
- As medidas são em unidades métricas.

B. *Design* geral

- Promove uma aprendizagem activa e comprometida.
- Acomoda-se a variadas competências, interesses e estilos de aprendizagem dos alunos.
- Ajuda os alunos a tornarem-se gestores do conhecimento e da sua própria aprendizagem.
- Facilita a instrução efectiva.
- Estimula e valoriza o seu próprio uso.
- Reconhece a diversidade e promove o respeito. Está livre de enviesamentos e estereótipos e promove o respeito e a compreensão do outro.

As autoridades escolares podem elaborar ou adquirir recursos pedagógicos tendo em conta os mesmos critérios.

Os órgãos directivos das escolas recebem fundos da província e são responsáveis pela selecção e compra dos livros que fornecem gratuitamente aos estudantes. O Ministério dá à escola um valor por aluno, mas são os seus órgãos de jurisdição que decidem o que destinam à aquisição de recursos e a outras actividades. Para facilitar essa aquisição existe uma base de dados dos recursos autorizados pelo Ministério de Alberta.

**Espanha** As editoras publicam os livros escolares tendo em conta os critérios estabelecidos por lei. A regulamentação existente refere que os livros devem:

- indicar o nível, o ciclo ou o ano a que se destinam;
- incluir apoio e actividades destinadas a alunos com diferentes níveis de competência;
- estar de acordo com os objectivos, os conteúdos, os métodos de ensino e os critérios de avaliação previstos.

A administração educativa exerce a supervisão inspeccionando os livros e outros materiais curriculares. Cabe depois a cada Centro Escolar escolher os manuais aprovados pela respectiva Comunidade Autónoma e adoptá-los por um período de quatro anos.

Os livros e outros materiais são adquiridos pelos alunos mas existe um apoio financeiro para os que se encontram em situação socioeconómica desfavorecida.

**Finlândia** Não há qualquer controlo por parte do Estado sobre os manuais escolares. Existem várias casas editoras que publicam manuais escolares escritos por equipas de professores. O Conselho

Nacional de Educação finlandês apenas produz materiais de circulação restrita, destinados aos professores ou a grupos especiais, que não são publicados pelos editores comerciais.

Os professores e as escolas escolhem os manuais e os materiais escolares de forma independente. Os livros escolhidos são usados durante alguns anos (não mais que cinco). Na escola básica (*comprehensive school*) os livros são adquiridos pela escola e gratuitos para todos os alunos. Por vezes, os livros são recolhidos no final do ano, para voltarem a ser usados por outros alunos no ano seguinte.

Segundo os documentos consultados, é reconhecida a necessidade de melhorar significativamente a qualidade dos manuais escolares, reduzindo a excessiva ênfase em abordagens descritivas em favor de metodologias mais modernas que atendam às chamadas concepções alternativas e às capacidades de pensamento crítico e de questionamento.

Desde 1995, têm sido desenvolvidos sucessivos programas de inovação em matéria de recursos digitais de aprendizagem.

**Inglaterra** Tal como os métodos, os materiais não são prescritos oficialmente. Cabe ao professor da classe decidir quais deve adoptar, depois de ouvir o director e de consultar os coordenadores de área disciplinar (professores que têm responsabilidade adicional sobre uma matéria e prestam apoio aos colegas nessa área). Os manuais são adoptados por um período de três a cinco anos.

Os livros são produzidos comercialmente e não carecem de aprovação por parte do Ministério. Não existem listas de livros obrigatórios.

Durante a escolaridade obrigatória, as escolas públicas fornecem os livros, gratuitamente, aos alunos.

No Reino Unido, já em 2006, a razão alunos/computadores era de 6,2 ao nível primário e 3,6 ao nível secundário. Em Inglaterra, já em 2004, as escolas primárias tinham em média 37 computadores cada uma, 95% possuíam quadros interactivos, 99% estavam ligadas à Internet e 85% dos professores declaravam-se à vontade com as TIC. Para o ensino secundário, os números eram: 275 computadores por cada escola, em média; 99% com quadros interactivos, 99% ligadas à Internet, 81% dos docentes à vontade com as TIC.

## **Irlanda**

Os manuais escolares são elaborados por professores ou por equipas de professores com experiência, enquanto a edição é feita por casas editoras do mercado livreiro que publicam novos livros sempre que há alterações curriculares. O Ministério limita-se a aprová-los, desde que eles respeitem a metodologia do *curriculum*.

Os manuais são escolhidos pelos professores da escola, que se articulam entre si para que haja alguma coerência entre os livros adoptados para os diferentes graus.

A aquisição dos livros corre a expensas dos alunos, excepto para os carenciados financeiramente. Por essa razão, os livros não podem mudar com muita frequência de modo a serem usados pelas gerações mais próximas. Por vezes, as escolas compram os livros, com o subsídio atribuído para esse efeito, emprestam-nos aos alunos carenciados e no fim do ano recolhem-nos, para voltarem a ser usados no ano seguinte.

Em matéria de recursos digitais, salientam-se, em particular, os projectos *Schools IT 2000* e *Blue Print for the future of ICT*

*in Education* lançado em 2001, para o período 2001/03, com desenvolvimentos no âmbito do *e-learning* no período 2008/13.

## Japão

O uso de manuais escolares é obrigatório para todas as matérias. Os manuais são reconhecidos como essenciais para os professores, os alunos e os pais, na medida em que tornam o currículo mais acessível a cada um destes actores. A própria acção dos professores está muito dependente dos manuais.

Os livros usados na escola são autorizados ou produzidos pelo próprio Ministério (é o caso dos que são destinados à Educação Especial). O processo segue os seguintes trâmites: i) os editores privados submetem os livros à aprovação do Ministério; ii) os professores e especialistas do Textbook Authorization Council analisam esses materiais e recomendam ao Ministro a autorização dos que consideram adequados para cada matéria; iii) o Conselho Escolar da municipalidade, por seu turno, escolhe os livros a adoptar por quatro anos, a partir da lista dos livros autorizados.

No início do ano, o governo nacional fornece os livros, gratuitamente, a todos os alunos, cumprindo assim o princípio de gratuidade da educação previsto na Constituição japonesa.

Há por todo o país um grande número de centros e bibliotecas áudio-visuais que emprestam estes recursos às escolas, acompanhando com serviços de apoio à respectiva utilização.

Em 2001, foi lançada a *e-Japan Strategy* no âmbito das TIC, reformulada em 2003: *e-Japan Strategy II*. O *National Information Center for Educational Resources* (NICER) ([www.nicer.go.jp](http://www.nicer.go.jp)) procede à organização sistemática da informação educacional disponível na *Internet*.